



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

10/2024

PÁGINA Nº

1 de 11

RESPONSÁVEL

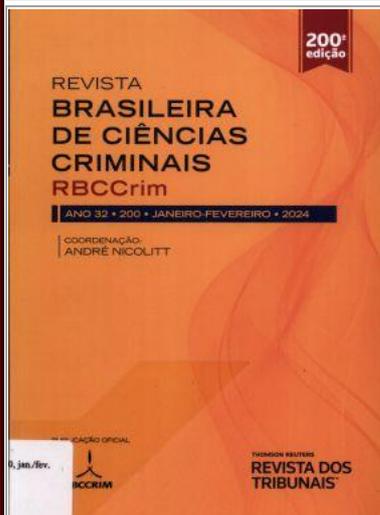
Iris Helena

SUMÁRIO

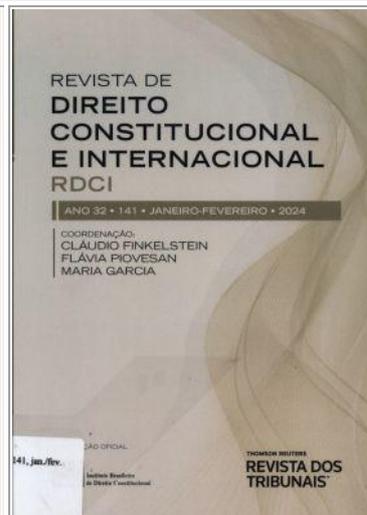
I- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

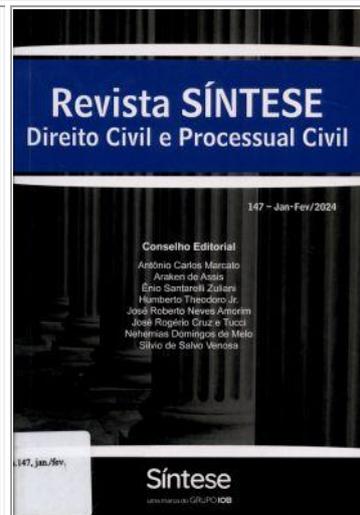
III- PERIÓDICO



Revista Brasileira de Ciências Criminais



Revista de Direito Constitucional e Internacional



Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
10/2024

PÁGINA Nº
2 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.009, de 01 de maio de 2024](#)

Promulga os textos da [Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos \(nº 189\)](#) e da [Recomendação sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos \(nº 201\)](#), da Organização Internacional do Trabalho.

DOU - Seção 1, p. 1-4, Extra D, 01/05/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.848, de 01 de maio de 2024](#)

Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da [Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007](#); e revoga a [Medida Provisória nº 1.206, de 6 de fevereiro de 2024](#).

DOU - Seção 1, p. 1, Extra D, 01/05/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
10/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.849, de 2 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) (Estatuto da Cidade), para exigir análise de mobilidade urbana nos estudos prévios de impacto de vizinhança.

DOU - Seção 1, p. 1, 03/05/2024

[Lei n. 14.850, de 2 de maio de 2024](#)

Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar

DOU - Seção 1, p. 1, 03/05/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Recomendação n. 150, de 02 de maio de 2024](#)

Recomenda aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça Militar e aos Tribunais Regionais Federais que autorizem os respectivos juízos criminais a efetuarem repasses de valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

eDJ-CNJ n. 92, de 02/05/2024, p. 2-3

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Resolução n. 879, de 29 de abril de 2024](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 509-510, 30/04/2024

[Resolução n. 880, de 29 de abril de 2024](#)

Dispõe sobre a administração de bens móveis no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

DOU - Seção 1, p. 510-514, 30/04/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
10/2024

PÁGINA Nº
4 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 881, de 29 de abril de 2024](#)

Dispõe sobre a implementação do instituto do Juiz das Garantias e a tramitação de investigações, ações penais e procedimentos criminais incidentais no âmbito da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 514-515, 30/04/2024

[Resolução n. 882, de 29 de abril de 2024](#)

Dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de suprimento de fundos, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, disciplinando o uso do Cartão de Pagamento do Poder Judiciário - CPPJ.

DOU - Seção 1, p. 515-517, 30/04/2024

[Resolução n. 883, de 29 de abril de 2024](#)

Dispõe sobre a alteração da redação do § 3º do artigo 15 da [Resolução CJF n. 305, de 7 de outubro de 2014](#), que dispõe sobre o cadastro e a nomeação de profissionais e o pagamento de honorários a advogados dativos, curadores, peritos, tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da Justiça Federal e da jurisdição federal delegada e dá outras providências; bem como acrescenta o § 4º ao mesmo dispositivo, em atenção às alterações promovidas pela [Resolução CJF n. 532, de 28 de março de 2019](#), e pela [Resolução CJF n. 575, de 22 de agosto de 2019](#).

DOU - Seção 1, p. 517, 30/04/2024

[Resolução n. 884, de 29 de abril de 2024](#)

Altera os arts. 2º e 15, § 5º, da [Resolução CJF n. 67, de 3 de julho de 2009](#), que dispõe sobre normas para a realização do concurso público para investidura no cargo de juiz federal substituto, no âmbito da Justiça Federal, e o art. 1º da [Resolução CJF n. 246, de 13 de junho de 2013](#), que dispõe sobre a regulamentação do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau e a reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência.

DOU - Seção 1, p. 517, 30/04/2024

[Resolução n. 885, de 29 de abril de 2024](#)

Acrescenta o inciso X ao art. 4º da [Resolução CJF n. 847, de 8 de novembro de 2023](#), que dispõe sobre a acumulação de funções administrativas e processuais extraordinárias por magistrados federais de primeiro e segundo grau, para contemplar como relevantes as atividades desenvolvidas pelas magistradas e pelos magistrados que atuam na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

DOU - Seção 1, p. 517, 30/04/2024

[Resolução n. 886, de 29 de abril de 2024](#)

Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal de 1º e 2º grau, observadas as normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname e seus instrumentos.

DOU - Seção 1, p. 517-520, 30/04/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
10/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Edital de eliminação n. 2, de 30 de abril de 2024](#)

Torna público aos interessados e a seus procuradores que procederá à eliminação de Requisições de Pequeno Valor – RPVs relativas aos anos de 2003, 2005, 2006 e 2007, definitivamente arquivadas, com temporalidade cumprida de acordo com o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Documentação Administrativa da Justiça Federal – PCTT, atualizado em junho de 2023, em atendimento à [Resolução Presi 43, de 4 de agosto de 2023](#), e conforme determinações contidas na [Resolução 324, de 30 de junho de 2020](#), do Conselho Nacional de Justiça, e na [Resolução 714, de 17 de junho de 2021](#), do Conselho da Justiça Federal.

BDTRF1, 30 de abril de 2024

[Resolução n. 35, de 30 de abril de 2024](#)

Aprova proposta de anteprojeto de lei, para encaminhamento ao Conselho da Justiça Federal, com vistas à criação de 88 varas federais e 10 turmas recursais na Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 02 de maio de 2024

Diretoria-Geral

[Portaria n. 252, de 24 de abril de 2024](#)

Altera o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para adequar as siglas das unidades vinculadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral da Secretaria.

BDTRF1, 29 de abril de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
10/2024

PÁGINA Nº
6 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS Nº 200 – JAN.-FEV./2024

EDITORIAL

- RBCCrim - 32 anos de (re)existência
ANDRÉ NICOLITT 17

DIREITO PENAL

- Integridade na aplicação da pena e o problema da discricionariedade judicial a partir de uma leitura dworkiniana
Integrity at sentencing and the problem of judicial discretion on a Dworkinian reading
GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS e AMÉRICO BEDÊ JÚNIOR 23

- A venalidade do exercício da função pública como critério interpretativo dos crimes de corrupção passiva e ativa
The venality of the exercise of public service as an interpretative criterion of passive and active corruption crimes
MARCELO MALHEIROS CERQUEIRA 55

PROCESSO PENAL

- A ação penal privada subsidiária da pública como direito fundamental e a sua insubmissão ao prazo decadencial do artigo 38 do Código de Processo Penal
The subsidiary private criminal action as a fundamental right and its submission to the decadence period of article 38 of the Code of Criminal Procedure
ANDRÉ NICOLITT e GISELA FRANÇA 89



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

10/2024

PÁGINA Nº

7 de 11

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A dimensão probatória do contraditório como um instrumento de controle epistêmico

The probative dimension of the contradictory as an instrument of epistemic control

LUÍS GUSTAVO DURIGON 107

CRIMINOLOGIA

Anarquismo e criminologia no Brasil: a inserção das teorias nos debates jurídicos e na produção de leis no final do século XIX

Anarchism and criminology in Brazil: the insertion of theories in legal debates and in the production of laws at the end of the 19th century

BRUNO CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES..... 127

"Cercar a aldeia dos índios": conflito, poder e crime nas fronteiras das províncias do Ceará, Pernambuco e Paraíba

"Surrounding the Indian village": conflict, power and crime on the frontiers of the provinces of Ceará, Pernambuco and Paraíba

ELOI DOS SANTOS MAGALHÃES..... 157

O encarceramento juvenil na era da pandemia: um olhar a partir do sistema socioeducativo pernambucano

Juvenile incarceration in the era of the pandemic: a look from the socio-educational system of the state of Pernambuco (Brazil)

ÉRICA BABINI LAPA DO AMARAL MACHADO, HUGO LEONARDO RODRIGUES SANTOS e MARCO ALEXANDRE DE SOUZA SERRA..... 189

↳ Direito penal, criminologia crítica e literatura: elementos para a crítica aos fundamentos e às justificações da punição em Clarice Lispector

Criminal law, critical criminology and literature: elements to the critique to the foundations and justifications of punishment in Clarice Lispector

HAMILTON GONÇALVES FERRAZ..... 213



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
10/2024

PÁGINA Nº
8 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Análise sócio-histórica dos discursos e práticas acerca da justiça criminal durante a transição política

A socio-historical analysis of discourses and practices concerning criminal justice during the political transition

PAULO MENDES..... 241

Uma nova perspectiva de olhar o encarceramento: GDUCC, Nova Rota e a Criminologia dos Condenados

A fresh perspective on incarceration: GDUCC, New Route and convict criminology

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA e LALESKA WALDER..... 273

DIREITO POR QUEM O FAZ

Apropriação indébita tributária – Art. 2º, II, da Lei 8.137/1990 (Parecer/Caso “ICMS declarado e não pago” – Brasília/DF)

Tax misappropriation – Article 2, II, of Law 8,137/1990 (Legal opinion of “ICMS tax declared and not paid” – Brasília/DF)

ALEXANDRE WUNDERLICH e MARCELO ALMEIDA RUIVO 295

ENTREVISTA

Entrevista concedida pela Profa. Dra. Ingeborg Puppe a Beatriz Corrêa Camargo e Wagner Marteleto Filho

Interview with Prof. Dr. Ingeborg Puppe by Beatriz Corrêa Camargo and Wagner Marteleto Filho

INGEBORG PUPPE. ENTREVISTADORES: BEATRIZ CORRÊA CAMARGO e WAGNER MARTELETO FILHO 319



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
10/2024

PÁGINA Nº
9 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL Nº 141 – JAN.-FEV./2024

DIREITO CONSTITUCIONAL

- O tridimensionalismo de Miguel Reale e as 128 emendas à Constituição: uma análise integrativa do fenômeno pelo prisma do Direito
Miguel Reale's three-dimensional Theory of Law and the 128 amendments to the Constitution: an integrative analysis of the phenomenon
AMANDA NAVAJAS HILSENATH 11
- Acesso à justiça: desafios, inovações e meios alternativos de solução de conflitos
Access to justice: challenges, innovations, and alternative means of conflict resolution
LÁZARO APOPI FERREIRA DA SILVA DE QUEIROZ..... 35
- A honra individual como corolário da dignidade da pessoa LGBTI+: a Lei 14.532/2023 como instrumento dos direitos fundamentais
Individual honor as a corner of the dignity of the LGBTI+ person: Law 14,532/2023 as an instrument of fundamental rights
ILA BARBOSA BITTENCOURT, MIGUEL HORVATH JÚNIOR e LUCIANO LAVOR TERÇO JUNIOR 51
- Emendismo constitucional: revisitando a teoria da dupla revisão no e para o Brasil
Constitutional amendism: revisiting the double revision theory in and for Brazil
FELIPE BIZINOTO SOARES DE PÁDUA..... 73
- Limites da liberdade de expressão religiosa e discurso de ódio na visão do Supremo Tribunal Federal
The limits of religious expression freedom and hate speech according to the Brazilian Supreme Court
ALEXANDRE MINATTI..... 87
- Extensão da cláusula compromissória e aspectos constitucionais: acesso à justiça e o princípio da inafastabilidade da jurisdição
Extension of the arbitration clause and constitutional aspects: access to justice and the principle of the inapplicability of jurisdiction
CLÁUDIO FINKELSTEIN e GUILHERME HACK MENDES..... 105



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
10/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A ORDEM ECONÔMICA

Renda básica e a redução da desigualdade econômica
Basic income and economic inequality decrease

EDUARDO MOREIRA 133

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

À Honorável Corte Interamericana de Direitos Humanos

TATIANA CARDOSO SQUEFF 159

Corrigindo o irredimível? A justiça tardia na condenação brasileira pelo caso "Empregados da fábrica de fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil"

Correcting the irredeemable? The delayed justice in the Brazilian condemnation in the case "Employees of the Santo Antônio de Jesus fireworks factory and their families vs. Brazil"

EDUARDA PEIXOTO DA CUNHA FRANÇA e TOMÁS ARAÚJO PEDROSA 193

O direito de livre residência no Mercosul: uma análise à luz do Direito da Antidiscriminação

The right of free residence in Mercosur: an analysis in the light of Anti-Discrimination Law

GABRIELA DA CUNHA THEWES e LUCIANE KLEIN VIEIRA 215

FEDERALISMO

Federalismo fiscal brasileiro em xeque: a reforma tributária da tributação incidente sobre o consumo

Brazilian fiscal federalism in check: the tax reform of consumption taxation

FILIFE PIAZZI MARIANO DA SILVA e IVELISE FONSECA DE MATTEU 241

ARTIGOS HISTÓRICOS

A função das Cortes Supremas na América Latina. História, paradigmas, modelos, contradições e perspectivas

EDUARDO OTEIZA 253

A dimensão da revisão constitucional

DIÓGENES GASPARINI 297



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
10/2024

PÁGINA Nº
11 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Nº 147 – JAN.-FEV./2024

DOUTRINA

1. Os Dados Pessoais Sensíveis sob a Ótica da LGPD: Terminologia, Natureza Jurídica e Responsabilidade Civil
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Lilia de Pieri e Adriano Stanley Rocha Souza 9

Parte Geral

DOUTRINAS

1. A Regra de Experiência para a Análise Probatória: Funções, Espécies e Desdobramentos
José Henrique Mouta Araújo e Vinicius Silva Lemos 36
2. Mediação de Conflitos Digital? Pensar a Utilização dos Métodos Alternativos de Tratamento de Conflitos, em Vias Digitais, Como Mecanismo de Promoção do Acesso à Justiça
Tauã Lima Verdan Rangel 50
3. Avaliação de Impacto Algorítmico: o Que É e Como Está Regulada no PL 2.338/2023 do Brasil
Caitlin Mulholland, Isabella Frajhof, Julia Iunes Monteiro e Paula Guedes Fernandes da Silva..... 65
4. O Uso da Internet Como Chupeta e o Problema do Abandono Digital
João Gabriel Fraga de Oliveira Faria..... 73
5. Mercado e Risco Empresarial
Carlos Roberto Claro 77
6. A Publicidade Médica nas Redes Sociais e Sua Influência na Responsabilidade Civil
Renato de Assis Pinheiro 83

Seção Especial

COM A PALAVRA, O PROCURADOR

1. Algumas Linhas sobre o Direito do Consumidor e a Teoria do Desvio Produtivo
Rogério Tadeu Romano 205